

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº DO PROCESSO : SEE-PRC-2024/07432

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEE

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a aquisição de trenas a laser, destinadas à realização de medições precisas de distâncias, para otimizar o planejamento de engenheiros e arquitetos da Gerência de Obras e a aquisição de pilhas alcalinas AAA utilizadas nas trenas a laser e pilhas AA, utilizadas em *mouses* sem fio dos computadores. Conforme condições, quantidades, especificações e orientações que constam neste termo de referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de trenas a laser, bem como pilhas alcalinas AAA para seu funcionamento, juntamente com pilhas alcalinas AA destinadas aos mouses sem fio, é justificada pela imperativa necessidade de equipamentos de alta precisão e confiabilidade, a fim de conduzir medições e inspeções de maneira eficiente e metódica. As trenas a laser, em particular, são reconhecidas por sua capacidade de proporcionar medidas precisas e rápidas, atributo essencial para assegurar a qualidade e exatidão dos dados coletados durante as atividades de campo. Ademais, as pilhas alcalinas AAA desempenham papel crucial ao manter as trenas em pleno funcionamento ao longo de extensos períodos de trabalho, contribuindo para evitar interrupções e preservar a produtividade das operações. Por outro lado, as pilhas alcalinas AA são fundamentais para garantir a operacionalidade contínua dos mouses sem fio, ferramenta essencial para os colaboradores da Gerência de Obras desempenharem suas tarefas sem contratemplos. Destaca-se, ainda, a conveniência e praticidade oferecidas por essas pilhas, facilitando seu transporte e uso cotidiano. Dessa forma, o investimento nessas ferramentas revela-se crucial para assegurar a eficácia e o êxito das atividades conduzidas pela equipe da Gerência de Obras em suas atribuições nas escolas estaduais e atividades administrativas.

2.2. No presente caso, a nova legislação aplicável aos procedimentos de licitação (lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) trouxe mais uma vez a figura da dispensa de licitação motivada pelo baixo valor da compra. Nesse sentido, o artigo 75, II, elenca o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...) II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, por sua vez, atualiza os valores previstos no estatuto de licitação para as respectivas modalidades licitatórias, tendo como o valor atual, para o art. 75, caput, inciso II, o de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



Em decorrência dos fatos citados, nos parece razoável sustentar que o procedimento licitatório para a aquisição supracitada, dado o valor baixo da contratação, pode ser dispensado nos termos do art. 75, II, da nova lei de licitação, pois o valor previsto para compra se encaixa na hipótese de dispensa supramencionada.

Demonstrada, pois, a possibilidade de compra direta motivada pelo baixo valor da contratação, a dispensa do procedimento licitatório é medida que se impõe.

3. DOS QUANTITATIVOS

3.1. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

Lote 01					
Item	Especificação	Unidade De Medida	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	PILHA alcalina tipo palito AAA/LR 03, com 2 unidades	UND	1.440	R\$ 5,30	R\$7.632,00
2	PILHA convencional pequena AA, com 4 unidades.	UND	157	R\$7,99	R\$1.254,43
3	Trena Laser Verde 100 Metros DE-100G com Medição de Ângulo	UND	30	R\$1.269,68	R\$38.090,40

3.2 O custo estimado total da contratação é de R\$46.976,83 (quarenta e seis mil novecentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos), conforme custos unitários postos na tabela acima.

3.3. O valor estimado do serviço foi obtido a partir do preço mínimo aferido, através das pesquisas de preços realizados em atendimento ao parágrafo 1º do art. 23 da Lei 14.133/2021;

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos da art. 20 da Lei 14.133/2021;

3.4. O contrato a ser firmado terá vigência de 90 (noventa) dias, caso necessário, o termo aditivo será nos moldes da legislação atinente.

4. DO CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. O(s) bem(s) a ser(em) adquirido(s) classifica(m)-se como sendo bem(s)/ comum(s), nos termos do inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 24.649, de 2003, verificando-se que:

4.1.1. São passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;

4.1.2. Possui(em) especificações usuais de mercado;

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

4.1.3. Possui(em) disponibilidade no mercado;

4.2. A prestação dos serviços ou dos bens a serem adquiridos, não geram vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo, foi baseada na análise da vantajosidade e dos aspectos técnicos e econômicos da solução, no qual abrange a aquisição de aquisição de Trens Laser e Pilhas Alcalinas AAA Palito utilizadas por servidores da Gerência de Obras em visitas técnicas às Escolas Estaduais em levantamentos e as Pilhas Alcalinas AA utilizadas em mouses sem fio que são melhores devido à sua conveniência, mobilidade e praticidade que oferecem aos engenheiros e arquitetos da Gerência de Obras, e de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e atendendo a demanda do setor solicitante;

5.2. Conforme disposto no art. 40 da Lei 14.133/2021, as aquisições ou serviços, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, serão divididos em parcelas do objeto, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

5.2.1. O disposto acima não é vislumbrado na presente demanda, uma vez que não há motivações para a adoção do parcelamento do objeto, pois, a especificação do objeto foi apresentada nos itens (lote único), de acordo com a demanda do setor requisitante.

6. DA HABILITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- b) Inexistência de Fatos Impeditivos - Cadastro CAFIL – PB;
- c) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- d) Declaração Negativa de Relação Familiar ou de Parentesco, nos termos da Lei Estadual nº 10.272/2014;
- e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, alterada pela Lei 14.230 de 25 de outubro de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. O critério de julgamento será o de menor preço por item, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/21, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

- 6.6. Havendo a divulgação da contratação direta, o fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, indicando, no que for aplicável, o modelo a marca do produto, quando for o caso, o preço, o prazo de garantia, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, as seguintes informações:
- 6.7. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições da contratação direta, constantes do procedimento;
- 6.8. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- 6.9. Validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- 6.10. Atendimento quanto às especificações de qualidade, quantidade e garantia, conforme as respectivas descrições de cada item;
- 6.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;
- 6.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 6.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;
- 6.14. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;
- 6.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado;
- 6.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
- 6.17. Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- 6.18. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- 6.19. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.
- 6.20. Para maiores esclarecimentos o fornecedor poderá entrar em contato pelo e-mail: obras@see.pb.gov.br.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

- 7.1. Início da execução do serviço: 10 dias contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:
- 7.2. Os bens deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa parcelada de acordo com a solicitação da GEOBS/SEE-PB, no Núcleo de Material e Patrimônio, localizado na Rua Maria Vilany Benício, S/N – Mangabeira VII, João Pessoa –PB, no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h00 (Almoxarifado).
- 7.3. O objeto deste termo será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.4. O servidor responsável pelo recebimento do objeto, quando aquisição de produtos, deverá atentar para a validade impressa do objeto, não podendo ser aceito fora de sua validade determinada pelo fabricante.
- 7.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação pelo Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. O objeto será recebido definitivamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.7. 1Se o recebimento do objeto for efetuado por unidade descentralizada, a unidade recebedora, por intermédio de servidor ou comissão designada, deverá encaminhar à unidade pagadora relatório declarando o recebimento do material e a conformidade das especificações técnicas e quantitativos juntamente com a Nota Fiscal e documentações anexas.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da entrega do objeto especificado neste Termo de Referência;
- 7.9. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão, e posterior pagamento, a Contratada deverá comprovar, no ato da entrega do material, a origem da mercadoria ou bem fornecido, respeitados o que consta estabelecido neste Termo de Referência, mediante apresentação de Nota Fiscal.
- 7.10. O servidor responsável por atestar o recebimento do objeto ou conclusão dos serviços, deverá informar se foi realizada no prazo; Se, não, anexar parecer técnico encaminhado ao Ordenador de Despesa, nos termos do Art. 4º da Lei nº 9.697/2012 (CAFIL);
- 7.11. Os materiais deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.
- 7.12. No caso de substituição do bem, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.
- 7.13. Durante o período de garantia e assistência técnica, a contratante não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.
- 7.14. A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de **15 (quinze)** dias corridos após a

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

- 7.15. Os bens de recebimento deverão ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade contido na embalagem nos casos em que se aplica.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. A CONTRATADA, após assinatura do contrato, se compromete a cumprir as Cláusulas Antifraude e Corrupção do Banco Internacional para a Reforma e o Desenvolvimento (BIRD), tendo ciência que eventual descumprimento pode gerar o sancionamento. (Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013) e (Decreto nº 11.129, de Julho de 2022).

9. FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.2. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 9.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 9.2.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

10. GESTOR DO CONTRATO

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



- 10.1.** O gestor do contrato irá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 10.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 10.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).
- 10.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 10.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).
- 10.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 10.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 11.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.1.2.** Receber o objeto da contratação direta no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.1.3.** Verificar minuciosamente no prazo fixado, a conformidade dos bens fornecidos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 11.1.4.** Observar as normas contidas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em relação ao tratamento de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do presente Contrato;
- 11.1.5.** Comunicar ao Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto da contratação direta fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

11.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor, através de comissão e/ou servidor especialmente designado para o feito;

11.1.7. Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente ao objeto da contratação direta entregue ao órgão, desde que no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.2. O contratante não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência;

12.1.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.1.3. Manter-se durante toda a vigência da contratação direta, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para este tipo de contratação;

12.1.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato ou documentos que o substituam.

12.1.5. A solicitação de pagamento deverá ser até o limite total do valor da aquisição e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto que estiver fora das especificações deste termo de referência, no qual se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como fora do prazo de validade (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.1.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.9. Indicar, se for o caso, preposto para representá-la durante a execução da aquisição ou serviço;

12.1.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que irão adentrar o órgão para a execução/entrega do objeto.

12.1.11. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO PAGAMENTO

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, atendendo o que disciplina o Decreto 43.250/22, facultado a abertura de conta na instituição financeira da contratada, nos casos previstos no § 2º do art. 2º deste mesmo Decreto;

13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3. O aceite da execução do objeto será feito mediante os devidos atestos das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos objetos efetivamente realizados;

13.4. Em hipótese alguma serão pagos aquisições não contratadas ou não entregues;

13.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.6.1. O prazo de validade;

13.6.2. A data da emissão;

13.6.3. Os dados do(a) contrato/nota de empenho e do órgão contratante/emissor;

13.6.4. O período de execução;

13.6.5. O valor a pagar; e

13.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.9. Nos termos do art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017, na emissão da nota fiscal relativa às operações ou prestações alcançadas pelo referido Decreto, o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço dos produtos constantes da proposta vencedora da licitação, devendo ser demonstrada a referida dedução, expressamente, no documento fiscal;

13.10. Os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), rejeitando-o quando não atender ao referido normativo;

13.11. Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. CONTROLE DE EXECUÇÃO E ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEPRC202407432V01

parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

14.3. Nos termos do art. 117, combinado com o Art. 8º, § 3º, ambos da Lei 14.133/2021, será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.4. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

14.5. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo do(s) servidor(s) designado(s), ficando o(s) mesmo(s) responsável(is) pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

14.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade;

14.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

14.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

14.9. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

15. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. O prazo de vigência da Contratação será de 90 (noventa) dias, a partir da data da sua assinatura do contrato e/ou publicação, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

15.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

15.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

15.4. Considerando que a aquisição é por dispensa em razão de valor, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, não havendo previsão de assistência técnica ou outras obrigações futuras, o Termo de Contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, a critério de conveniência e oportunidade da autoridade

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



competente, com fundamento no art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Conforme Orientação Técnica Conjunta CGE/SEAD nº 001/2022, deverá ser formalizado instrumento de contrato para todas as contratações oriundas de dispensa de valor, nos termos dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21, com valor superior a limite definido em no § 1º do Art. 28 do Decreto 42.226/22, ou seja, valores 6090

15.6. superiores a R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais), até a conclusão do processo de integração de dados com o Portal Nacional de Compras PNCP;

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, no qual consta saldo suficiente para o devido atendimento, conforme dotação abaixo discriminada:

- a) Gestão/unidade - 22101
- b) Fonte de Recursos - 500
- c) Programa de Trabalho - 5046/4216
- d) Elemento de Despesa - 44905200

16.2. Nos casos necessários, a dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada através de Declaração de Compatibilidade Orçamentária, constando a adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias atendendo aos requisitos do modelo constante da OT-GS Nº 002/2021/CGE.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

(art. 156, §4º, da Lei);

- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item 17.1. deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) **Multa:**

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

17.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



GOVERNO DA PARAÍBA

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.11. As penalidades previstas nas alíneas h, i, j, k e l do item 17.1. deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, importará na inclusão do Fornecedor no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

18.1. Não haverá exigência de garantia da execução

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto especificado neste Termo de Referência.

20. DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A contratação relativa ao presente Termo de Referência aplicam-se ainda as seguinte disposição:

21.1.1. A contratada reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 a 139, da Lei 14.133/21;

21.1.2. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(s) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso exista, em favor do órgão, conforme estabelecido no art.90 § 5º da Lei 14.133/2021.

22. Anexos

22.1. É parte integrante do presente Termo de Referência o seguinte Anexo:

22.1.1. Anexo I - Itens a serem licitados.

Submeto o presente Termo de Referência à aprovação do Ordenador de Despesas.

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2024

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB

CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Anna Vitória Lima Vidal
Gerente - Matrícula 191.837-1
Engenharia Civil

Antônio Roberto de Araújo Souza
Secretário De Estado Da Educação

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB

Centro Administrativo Estadual — Bloco 1 — 5º andar — Jaguaribe - João Pessoa/PB
CEP: 58015-900 / E-mail: obras@see.pb.gov.br



Assinado com senha por [SEE84719] [SENHA] ANNA VITÓRIA LIMA VIDAL em 07/03/2024 - 09:06hs.
Documento Nº: 4481915.35001432-2155 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4481915.35001432-2155>



SEEPRC202407432V01